



**ORÇAMENTO
E GRANDES
OPÇÕES DO
PLANO
2024**



Mensagem do Presidente



O contexto que vivemos cria hoje uma dificuldade acrescida na elaboração do orçamento para o exercício de 2024 e o Plano Plurianual Orçamental 2024-2027.

A Guerra na Ucrânia que trouxe um quadro de enorme instabilidade mundial, que resultou num aumento brutal da inflação, e consequente aumento do custo de vida das

famílias portuguesas.

O conflito do Médio Oriente, que iniciou sem que ninguém esperasse, traz um novo quadro de incerteza, e como consequência assistimos a novos aumentos dos preços dos combustíveis.

A queda do Governo de Portugal lança o país para mais um período de enorme instabilidade, com consequências financeiras e sociais que ainda não nos é possível vislumbrar.

A indefinição nos Fundos Comunitários faz com que seja ainda mais complicado projetar o ano de 2024, já que Portugal2020 ainda não foi encerrado pelos organismos nacionais, o Plano de Recuperação e Resiliência tem definidas as áreas de atuação, genericamente, contudo para o investimento público ainda não apresentou a dotação para cada uma destas áreas, tendo apenas lançado o aviso

para a Estratégia Local de Habitação e o Portugal2030, que já devia estar em execução, ainda se encontra em fase de discussão e negociação.

É este cenário, de enorme incerteza, a base para a idealização do orçamento para 2024.

Contudo, o conhecimento do nosso território determina que continuarão a ser prioritárias as políticas municipais de inclusão e coesão social, e neste sentido é necessário continuar a garantir às famílias em situação mais difícil o acesso aos padrões mínimos de qualidade de vida.

Apesar da imensa e estranguladora limitação de recursos, será possível, sem nunca descuidar os tarouquenses e a sua qualidade de vida, o apoio à saúde e educação, a promoção das dinâmicas sociais, desportivas, recreativas económicas e associativas, que se têm vindo a traduzir num concelho mais dinâmico, mais atrativo e com mais vida.

Depois de ultrapassados os anos de desequilíbrio financeiro da autarquia, este é um orçamento que mantém o compromisso com o equilíbrio das nossas contas.

Nesta medida, este é um documento que reflete o nosso pacto de estabilidade, na relação de confiança que queremos manter com todos os tarouquenses.

A parceria e envolvimento constante entre o executivo e os Presidentes de Junta de Freguesia, Associações e IPSS locais faz destes o elemento de ligação privilegiado, já que a sua proximidade com os cidadãos faz deles conhecedores das realidades e necessidades do seu território e das suas gentes.

Em 2024, a Câmara Municipal de Tarouca prosseguirá o trabalho que tem vindo a desenvolver em prol do bem-estar da população, com a permanente ambição e vontade de construir um Concelho mais próspero, mais justo e mais desenvolvido.



O Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2024, mesmo construído num enorme contexto de incerteza, é ambicioso, pois é intenção deste executivo não perder nenhuma das oportunidades que venham a ser apresentadas pelo Programa de Recuperação e Resiliência e pelo Portugal2030.

O Orçamento para 2024 tem assim como base uma visão estratégia de desenvolvimento territorial integrado e sustentável, conscientes que as conjunturas internacional e nacional criaram ainda mais dificuldades aos agregados familiares, sendo assim importante garantir uma política e atuação de proximidade, para que desta forma sejamos capazes de garantir a resolução de um conjunto de problemas que afetam o dia a dia dos tarouquenses, as pequenas obras, que na realidade são de enorme importância para quem delas usufrui, e encontrar soluções rápidas para os problemas sociais que surjam.

É determinante investir em benefício das nossas gentes. Neste sentido, mesmo com as dificuldades económico financeiras e de tesouraria sempre presentes, quer do município, quer das famílias, mantemo-nos atentos aos efeitos sociais e económicos que esta crise pandémica tem provocado nos nossos cidadãos e famílias, com especial impacto nos grupos mais desprotegidos e vulneráveis.

Continuaremos a dar o melhor de nós, por Tarouca e para Tarouca.

Tarouca, 30.11.2023

O Presidente da Câmara



Valdemar de Carvalho Pereira

104
by
F. J.
Saxrud.



1. Introdução

De acordo com a alínea c) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta do Orçamento, competindo a aprovação dos mesmos documentos à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma.

Nos termos do n.º 46 do ponto 11 da NPC 26 do SNC-AP, as demonstrações previsionais a apresentar pelo município são:

- a) O Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual;
- b) O Plano Plurianual de Investimentos.

Ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 82º da Lei nº 24-D/2022, de 30.12, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2023. não são apresentadas as demonstrações financeiras previsionais, a que se refere o n.º 17 do ponto 6 da NPC 1 do SNC-AP.

As Grandes Opções do Plano contemplam as linhas de orientação estratégica que irão pautar a atuação municipal durante o ano de 2024. Incluem, também, o plano plurianual de investimentos, documento com horizonte temporal de 4 anos (2024-2027), que descreve os projetos e ações que se levarão a efeito, de acordo com os objetivos definidos e ordenados com base na classificação funcional estabelecida no POCAL. Incluem, ainda, as atividades mais relevantes (PAM), cujos objetivos foram igualmente alvo da classificação funcional supracitada.

Considerando que as Grandes Opções do Plano traduzem a orientação estratégica do município, naturalmente estas assumirão na sua forma e conteúdo a mesma essência durante todo o mandato.

Todas as receitas e despesas previstas a realizar em 2024 encontram-se inseridas no orçamento e ordenadas de acordo com o código de contas estabelecido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

É apresentada a proposta de Quadro Plurianual de Programação Orçamental.

Foram observados e cumpridos todos os princípios e regras orçamentais previstos no POCAL (aplicáveis nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro), bem como na Lei n.º 73/2013, de 03.09.

WJ

WJ

Soxref.

J



2. Conjuntura económica

“A economia portuguesa cresce 2,1% em 2023. Após o dinamismo do início do ano, a atividade estagnou no segundo e terceiro trimestres e deverá manter um crescimento baixo até ao final do ano. O abrandamento económico reflete o menor dinamismo nos principais parceiros comerciais, os efeitos da inflação e a maior restritividade da política monetária. Para 2024 e 2025, projetam-se crescimentos de 1,5% e 2,1%. A economia portuguesa continuará a apresentar um crescimento baseado no investimento e nas exportações, convergindo com a área do euro.

A inflação diminuiu nos últimos meses. A tendência descendente irá manter-se, com o índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) a crescer 5,4% em 2023, 3,6% em 2024 e 2,1% em 2025, um valor consistente com o objetivo de estabilidade de preços do Banco Central Europeu (BCE).

O consumo privado terá aumentos inferiores ao crescimento económico. Este comportamento beneficia de ganhos do rendimento disponível real, resultantes da moderação dos preços e do aumento do emprego e dos salários, mas é limitado pela subida das taxas de juro. Complementarmente, a taxa de poupança deverá aumentar gradualmente para 7,4% em 2025, acima da média pré-pandemia.

O investimento desacelera este ano, crescendo 1,5%, num quadro de financiamento mais oneroso e abrandamento da procura global. Para 2024-25, projetam-se taxas de variação de 5%, refletindo a aceleração da procura global e da execução dos fundos europeus.

O crescimento das exportações acompanha a procura externa. Prevê-se um menor crescimento das exportações de serviços com a dissipação da recuperação pós-pandémica do turismo.

A balança corrente e de capital deverá apresentar excedentes em torno de 3% do PIB em 2023-25, refletindo o aumento das transferências da UE e o retorno a excedentes da balança de bens e serviços.

O mercado de trabalho refletirá o abrandamento da economia com ganhos no emprego inferiores aos do passado recente. A taxa de desemprego deverá apresentar uma trajetória ligeiramente ascendente, situando-se em 6,9% em 2025.

Os riscos em baixa para a evolução da atividade advêm de um abrandamento mais pronunciado na China e no comércio internacional, de um impacto mais adverso do que o incorporado nas projeções das atuais condições financeiras e de um reforço da restritividade da política monetária. Para a inflação, os riscos de novos choques sobre os preços das matérias-primas ou de uma maior persistência das pressões internas são contrabalançados pela materialização dos riscos em baixa sobre a atividade económica. “

Boletim Económico do Banco de Portugal - outubro 2023

A Guerra na Ucrânia criou uma crise que já não tínhamos memória, os bens alimentares e a energia viramos seus preços aumentar exponencialmente e a inflação atingiu valores que já não se verificavam há muitos anos, o que levou a um impensável aumento das taxas de juro.

Este cenário de crise financeira trouxe enorme instabilidade para muitas famílias, já que durante anos, e hoje maior parte dos agregados familiares encontram-se mais vulneráveis.

A Guerra entre Israel e o Hamas traz novas preocupações para a economia global, tudo indica que voltaremos a assistir à diminuição do crescimento económico, ao aumento da inflação, aos aumentos ou no melhor dos cenários à manutenção das taxas de juros, à queda das bolsas, à oscilação dos preços dos combustíveis.

O País, a Europa e o Mundo mantêm assim um elevado grau de incerteza sobre a magnitude e extensão dos impactos provocados pelas guerras a que hoje assistimos.

Perante este cenário, só políticas de investimento público estruturante, capazes de criar riqueza e postos de trabalho, medidas de apoio social e humanitárias concretas e direcionadas para os problemas atuais, mas ao invés disso, Portugal vive hoje uma nova crise política e 2024 será ano de eleições legislativas.

E mesmo com o Orçamento de Estado para 2024 aprovado nos próximos dias, minimizam-se os danos, mas mantêm-se os problemas, o aspeto mais complicado é o investimento público, porque mais uma vez em 2023 houve uma subexecução do investimento que estava previsto, e para 2024 já se perspectiva o mesmo cenário.

A ausência de governo legitimado para tomar decisões em tempo útil fará com que se agrave a crise financeira instalada no país, provocada em boa medida por eventos internacionais, mas hoje agravada pela instabilidade política nacional.

Os alarmes continuam a soar para as famílias mais vulneráveis, na certeza de que aqueles com rendimentos mais baixos irão ser “duramente” mais atingidos pela

inflação e pelas subidas das taxas de juro, e são muitos os que já não conseguem pagar as suas dívidas.

Assim, o ano 2024, face ao contexto económico, político e social nacional e mundial, será um ano de enormes preocupações ao nível social.

É assim importante recentrar na aposta de apoio às famílias e às empresas, na coesão social, proteção civil e habitação, num investimento estrutural em áreas consideradas prioritárias que permitam um desenvolvimento sustentável do concelho e da população, de forma equilibrada e capaz de atrair novos investimentos e novos postos de trabalho.

É neste contexto, de enorme incerteza sobre a definição das políticas nacionais e europeias que elaboramos o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, assente em princípios de prudência e contenção, garantindo rigor na gestão deste município e o cumprimento das medidas e ações inscritas no Plano de Saneamento Financeiro contratualizado pelo Município de Tarouca.

Para o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 mantemos nas políticas nacionais o encerramento do quadro comunitário Portugal2020, que lentamente vai chegando ao fim.

Já o Portugal 2030 apenas terá início com o término do quadro comunitário anterior, encontrando-se ainda nesta fase em negociação e sem qualquer aviso presente, e sendo esta uma das ferramentas essenciais na gestão de autarquias como Tarouca, pois sem apoio financeiro na realização de investimentos, pouco será possível concretizar.

Para agravar o contexto, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que ainda não apresentou qualquer aviso de candidaturas para os municípios, o que se esperava que acontecesse durante o ano de 2023.

Nos termos dos regulamentos europeus, o Portugal 2030 programa-se em torno de cinco objetivos estratégicos da União Europeia - Uma Europa mais inteligente, mais «verde», mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos.

Em alinhamento com estes objetivos estratégicos, Portugal definiu 4 Agendas, no acordo de parceria, assim:

- Agenda 1

As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;

- Agenda 2

Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento;

- Agenda 3

Transição climática e sustentabilidade dos recursos;

- Agenda 2

Um país competitivo externamente e coeso internamente.

As opções estratégicas do executivo assumiram o seu alinhamento com a estratégia do Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência, mesmo com todas as indefinições ainda presentes.

Acreditamos que cabe à autarquia, no âmbito das suas competências, promover e concretizar políticas que visem um desenvolvimento equilibrado e sustentado do concelho e proporcionem o bem-estar social dos munícipes, garantindo inclusão e a coesão social.



3. Eixos estratégicos

O Investimento Territorial Integrado, a estratégia Portugal 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência e obviamente a estratégia que este executivo apresentou a sufrágio nas últimas eleições autárquicas são a base para definição dos eixos de desenvolvimento estratégicos do concelho de Tarouca.

O Investimento Territorial Integrado foi um trabalho recente realizado com um olhar num território mais amplo, a CIM DOURO, no qual foram encontradas as necessidades de investimento e as linhas de atuação para todo o território, sendo que cada Município definiu as suas necessidades de intervenção.

Ficou assim estabelecido na visão o horizonte temporal da Estratégia preconizada, alinhado com o período de programação dos quadros estratégicos de referência nacionais e europeus.

Assim, as linhas de desenvolvimento para o Município de Tarouca, que definimos para o mandato em curso dividem-se em 4 linhas de orientação estratégica:

- **Território mais inteligente**
- **Território mais verde**
- **Território mais social**
- **Território mais próximo**

3.1 TERRITÓRIO MAIS INTELIGENTE

A definição de uma linha de orientação relacionada com um território “mais inteligente” pretende dar destaque às temáticas da inovação, digitalização, competitividade das empresas, competências para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo.

Trata-se de uma dimensão alinhada com os referenciais estratégicos de nível superior analisados, onde se incluem o Portugal 2030 na sua agenda temática “Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento”, o Programa Operacional temático “Inovação e transição digital”, ou Programa e o Norte 2030 no seu objetivo “Um Norte mais inteligente e mais digital”, mas também outros referenciais relevantes, como é exemplo Nova Carta de Leipzig na sua dimensão estratégica “Cidade/Território Produtivo”.

Existe um conjunto de indicadores que apontam para as necessidades e para as potencialidades que os municípios apresentam no sentido de os tornar mais fortes nas temáticas relacionadas com inovação, digitalização, competitividade das empresas, competências para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo.

No “digital”, o território da CIM Douro, onde nos incluímos, permanece distante das médias do país. Apesar de ter quase triplicado o acesso à rede de banda larga fixa entre 2011 e 2021, com 34,6 acessos por 100 habitantes, ainda fica consideravelmente atrás da média de Portugal (41,6).

Até 2030 deseja-se que Tarouca se afirme como um território que apresenta um ecossistema de inovação dinâmico que, nas suas múltiplas vertentes, seja indutor da competitividade empresarial, tanto nos setores mais dinâmicos como a agricultura ou o turismo, como em áreas emergentes como a economia verde ou a economia digital

Assim, com esta visão sistémica da temática da inovação e da competitividade, apresentamos objetivos específicos comuns às prioridades definidas para os ITI CIM, permitindo atender às necessidades de desenvolvimento identificadas e às potencialidades do território.

1107
W
f.
Suzanne A

■ 3.1.1 Infraestruturas e serviços de apoio

Pretende-se disponibilizar infraestruturas de acolhimento e dinamização empresarial de nova geração nas suas diferentes tipologias, eficientes energeticamente e conectados digitalmente.

Incluem-se neste Objetivo Estratégico as intenções de investimento previstas em Orçamento e Grandes Opções do Plano a **criação de um espaço de coworking**, que designamos como incubadora de empresas, associado à dinâmica que se pretende criar através da realização de um **centro de estágios de novas tecnologias, novas profissões e inteligência artificial**

■ 3.1.2 Clusters, redes e eficiência coletiva

Infelizmente o nosso tecido empresarial presente (e passado) é marcado pela pelo individualismo, pretendemos assim criar uma rede de eficiência coletiva, que terão uma maior intervenção nas áreas do agroalimentar e comercio e serviços locais.

Para tal terá este executivo como ferramenta a **candidatura já aprovada dos Bairros Comerciais Digitais**, que tem como principais objetivos responder aos desafios levantados pela digitalização das áreas comerciais tradicionais, fazendo

da tecnologia, dos dispositivos móveis e dos serviços digitais alavancas do seu desenvolvimento e revitalização.

O Comércio Local é proximidade, o comércio digital está sempre perto de nós.

■ 3.1.3 Inovação

Pretende-se criar dinâmicas para garantir um ecossistema de inovação, que possa permitir o reforço das competências existentes, mas acima de tudo desenvolver novas competências que surgem diariamente.

Para garantir que os serviços do município são capazes de dar respostas às novas exigências pretende-se a **reabilitação do parque informático e dos servidores e da rede física**, com upgrade necessário para permitir capacitar o Município de integrar as novas exigências de virtualização de serviços, assim como o desenvolvimento de um novo conceito de **interação digital entre Município e Munícipe**.

■ 3.1.4. Capital Humano

O mercado de trabalho está a alterar-se a um ritmo muito elevado, a forma e local onde muitos jovens desenvolvem a sua atividade profissional não tem comparação com nada do que aconteceu até então, e neste sentido, é desejo garantir que Tarouca pode aumentar a sua atração a novos quadros, novas profissões e a fixação de recursos qualificados.

Aposta na formação dos quadros da autarquia tarouquense, será certamente uma certeza para melhorar as competências e qualificações na administração local.

■ 3.1.5. Digitalização:

Este objetivo específico que se incluem temáticas como o 5G e a eliminação de zonas brancas de acesso à internet.

Neste sentido o reforço de redes wi-fi gratuitas para os cidadãos, assim como o investimento em novos equipamentos para as redes já existentes, serão o garante para uma maior acessibilidade digital transversal, melhor interação dos utilizadores e uma maior apetência à digitalização.

■ 3.1.6. Empreendedorismo:

Para 2024 prevê-se dar continuidade às iniciativas que têm vindo a ser implementadas no território ao longo dos últimos anos, no sentido de valorizar economicamente os recursos do território e de fixar população através do apoio à criação de empresas e da promoção do espírito empresarial.

A Área de Acolhimento Empresarial de Tarouca encontra-se a receber construções que irão acolher as empresas que lá se irão instalar, este investimento vai promover a capacitação e melhoramento das condições de instalação de empresas locais, bem como potenciar economias de aglomeração e de rede com impacto na competitividade das PME.

Durante estes últimos anos, o Município de Tarouca sempre foi uma instituição de proximidade e esteve sempre de braços dados com os nossos empreendedores, mantendo-se todo o executivo sempre disponível para ajudar e facilitar qualquer pretensão dos nossos empresários.

Durante 2024 é intenção deste executivo manter e criar dinâmicas que são uma alavanca para o comércio local, realizar iniciativas que garantam a promoção e

apoio de iniciativas que visem a divulgação das empresas e produtos locais, incluindo o artesanato e turismo.

Tarouca é hoje um território mais atrativo para as famílias, e consecutivamente para os empreendedores.

Esperamos que o novo governo, que tomará posse em 2024, seja mais consciente e desperto para os problemas do interior do país, esperando que surjam rapidamente políticas fiscais, de investimento e de novos serviços para estes territórios, pois só assim será possível garantir e beneficiar a fixação de empresas e de pessoas, garantindo assim um Portugal mais homogéneo, coeso e com uma justa distribuição da riqueza nacional.

■ 3.1.7. Acessibilidades

O Concelho de Tarouca, tal como todo o território nacional, não tem qualquer apoio para o investimento na construção de novas estradas ou na reabilitação das existentes.

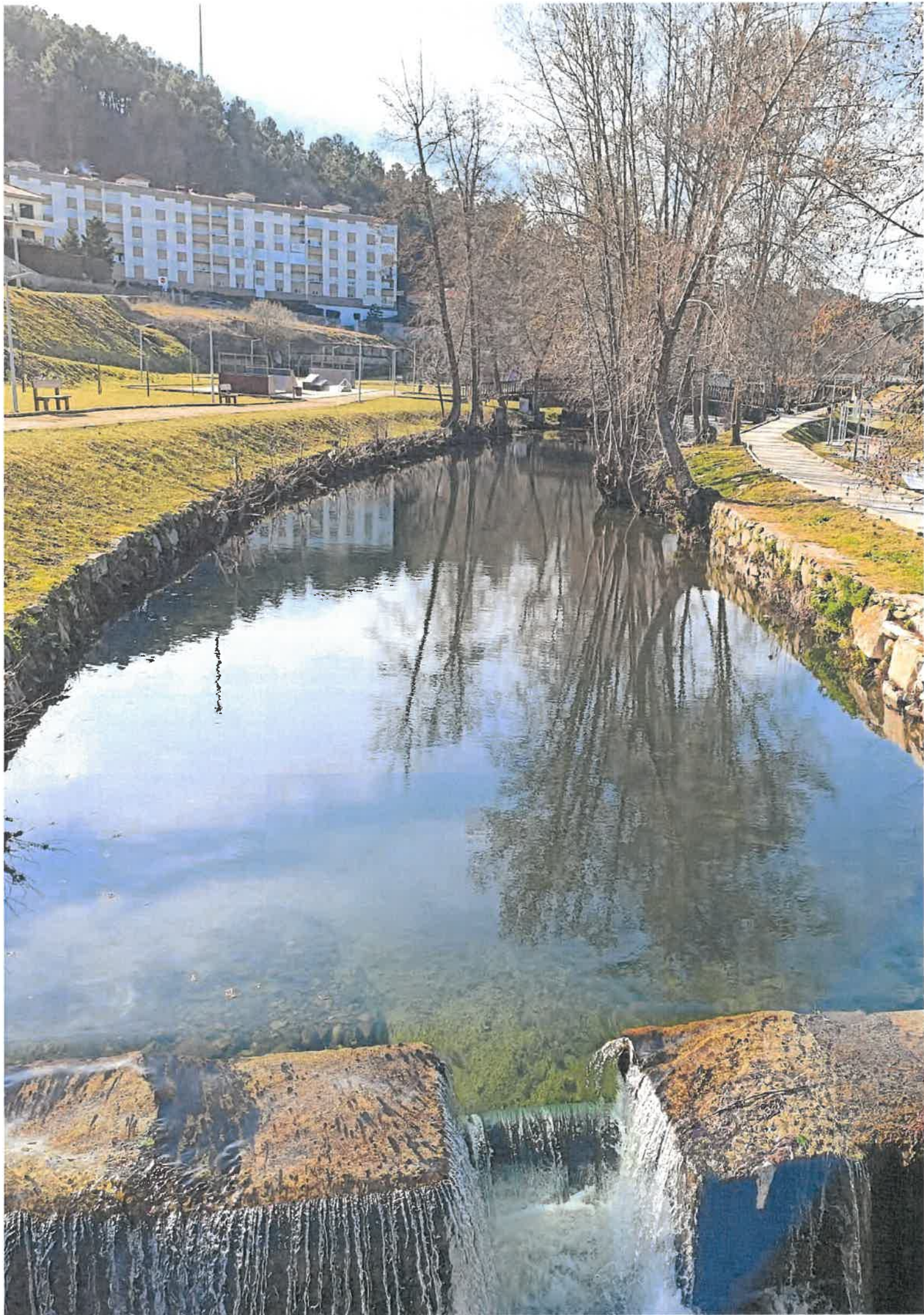
Neste contexto qualquer intervenção nas acessibilidades, estradas e caminhos municipais, serão realizadas sem qualquer fundo comunitário associado, exigindo um maior esforço financeiro para a autarquia.

Para o ano de 2024 prevê-se a intervenção em várias estradas e caminhos municipais, destacando-se, pelos valores estimados, a **Estrada entre o Mataduro e o Rio, a Ruas da Quintã, do Tordo e da Lagoa, a Variante de Vila Chã do Monte, os caminhos da Criação e Senhor do Monte**, mas também a construção da **rotunda no Castanheiro do Ouro**, entre tantas outras intervenções de valores mais reduzidos, mas consideráveis para o orçamento municipal.

■ 3.1.8. Recursos e produtos endógenos

Pretende-se manter a valorização e promoção integrada de recursos e produtos endógenos, dando particular destaque àqueles relacionados com setor agrícola e florestal.

O cluster da **baga do sabugueiro** é hoje uma cultura com maior atratividade, contudo há necessidade de estabilizar a capacidade produtiva, criando condições para que não existam as oscilações de produção que aconteceram nos últimos anos, consequência da seca sentida.



existente, hídrica, eólica e também solar, e explorando as possibilidades de novos enquadramentos técnicos e normativos, como são as comunidades de energia.

Neste sentido o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 prevê investimentos que garantam a **eficiência energética**:

- Na **Casa do Paço** - Revestimento interior, sistemas de aquecimento, fotovoltaicos e cobertura do espaço interior da Casa do Paço e da Comissão Vitivinícola Távora Varosa;
- No **Complexo Desportivo** – Investimentos que garantam uma mais eficiente climatização, aquecimento de águas e instalação de fotovoltaicos.
- No **Centro Escolar** – Reformulação do sistema de aquecimento para que o mesmo se torne mais eficiente;
- No **Pavilhão Desportivo** - Climatização do pavilhão, aquecimento de águas e instalação de painéis fotovoltaicos.

■ 3.2.2 Adaptação às alterações climáticas

Tendo em conta o grau de exposição às alterações climáticas e à ocorrência de eventos extremos que temos vindo a assistir nos últimos anos, existe necessidade de reforçar a capacidade de adaptação às alterações climáticas, de gestão de riscos e de resiliência do território, designadamente através da implementação das estratégias e planos já elaborados nesta área, considerando as diferentes dimensões abrangidas: economia, sociedade e ecossistemas.

Neste propósito pretende-se ao nível da Proteção Civil manter o **apoio aos nossos Bombeiros Voluntários**, realizar investimentos na manutenção e na criação de novos pontos de água de combate os fogos florestais, na execução das **Redes de Gestão de Faixas de Combustível** e na **reabilitação e criação de caminhos florestais**.

Existem investimentos para 2024 com importância relevante neste Objetivo Específico, como são exemplo a **prevenção contra Agente Bióticos e Abióticos** e a gestão de combustíveis e a redução de densidade com desramações em mosaicos de parcelas na encosta a **Norte da Serra de Santa Helena e Baldios de São João de Tarouca**.

Ainda sob o mesmo tema, pretende-se em 2024 garantir a melhoria da resiliência e do valor ambiental das **galerias ripícolas do concelho**, para as quais se prevê uma limpeza global.

Outro dos projetos previsto em Orçamento são os **Condomínios Aldeia** que tem como objetivo transformar a paisagem dos territórios de florestas vulneráveis, sendo que foram identificadas para este projeto as freguesias de tarouca e Dálvares, Várzea da Serra e São João de Tarouca.

É fundamental, consequência da legislação nacional, que durante o próximo ano se revejam o **Plano Municipal de defesa da Floresta contra Incêndios** e o **Plano de Emergência Municipal**.

■ 3.2.3 Qualidade das águas

Um território mais verde exige particular atenção ao ciclo urbano da água e à gestão sustentável do uso da água nas atividades económicas.

As infraestruturas básicas, como são exemplo o serviço de saneamento e de fornecimento de água, tornam-se fundamentais para garantir uma melhoria da qualidade de vida das populações.

O **cadastro das redes públicas de água, saneamento e águas pluviais**, através do sistema de informação geográfica foi iniciado, espera-se que ainda no 1º trimestre

de 2024 sejam entregues os resultados do cadastro, estado certos que trará um maior e mais assertivo conhecimento deste setor.

Assim e para o ano de 2024 e seguintes prevê-se anular alguns dos problemas que a autarquia tem vindo a enfrentar com a falta de água, destacando a **ligação da conduta de água entre Ucanha e Salzedas**, mas também a **criação/aumento da capacidade de retenção e reserva de água em Mondim da Beira e Tarouca**, bem como a reabilitação dos reservatórios existente.

Ainda neste setor apresenta-se neste Orçamento e Grande Opções do Plano um dos investimentos mais estruturantes, de reforma neste setor, a instalação de um **sistema de informação inteligente**, que através da colocação de novos contadores oferece a capacidade de controle de perdas, controlo de reservatórios, caudalímetros, monitorização de rede e consumos, garantindo o envio de consumos por GPRS para os servidores do município e a autofacturação da água.

■ 3.2.4 Resíduos e economia circular

Urge desenvolver estratégias e planos de promoção da economia circular e da redução (e eliminação) de resíduos. Estas estratégias deverão considerar diferentes destinatários, devendo incluir desde logo os cidadãos, mas também as empresas e outras entidades ou instituições.

Ainda no ano de 2023 iniciou-se a realização do **PAPERSU** – Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos de Sólidos Urbanos – documento este que determinará as ações que garantirão o desvio de resíduos de aterro.

Contudo e porque desejamos manter uma proatividade nesta temática avançamos com o reforço da **recolha porta a porta** e o ano de 2024 terá um novo

projeto que se denomina de “**Combustar é Cuidar**”, que garantirá uma nova vida para os bio resíduos.

■ 3.2.5 Biodiversidade e ecossistemas, paisagem e ordenamento do território

Assumindo que o ambiente e a sustentabilidade ambiental são pilares estruturantes do desenvolvimento do território, é assim dever da autarquia promover ativamente a proteção da biodiversidade e a valorização dos ecossistemas.

Neste propósito os investimentos previstos na **limpeza e gestão de combustível** de toda a encosta Norte da Serra de Santa Helena e dos Baldios de São João de Tarouca, a intervenção nas **galerias ripícolas do Concelho** e o projeto **condomínio aldeia** são as ações para perseguir este objetivo específico.

Considera-se que a proteção e valorização da paisagem é fundamental como elemento identitário central do desenvolvimento sustentável.

■ 3.2.6 Território Sustentável

Todos têm a responsabilidade de promover a transição energética nos seus territórios, assumindo a sustentabilidade no meio urbano como uma das vertentes mais relevantes da nossa estratégia.

Neste âmbito merecem destaque temáticas diferenciadas (mas complementares) como a mobilidade urbana sustentável, a eficiência energética nos edifícios e espaços públicos, a construção sustentável, a arquitetura bioclimática, as infraestruturas verdes, entre outras.

Uey
FH
S. S. S.

A atribuição da **bandeira verde ECOXXI** pelo 7º ano consecutivo resulta do reconhecimento do trabalho realizado pelo município em prol do desenvolvimento sustentável, contemplando os domínios ambiental, social e económico. Os parâmetros avaliados vão desde a educação ambiental, ao turismo sustentável, passando pela qualidade da água e do ar, gestão de resíduos e saneamento, mobilidade e ordenamento do território e ainda a participação pública, emprego e informação ao munícipe, entre outros.

Esta iniciativa e avaliação é da responsabilidade da Associação Bandeira Azul da Europa que tem distinguido cerca de 50 municípios anualmente.

Manter-se-ão as ações de sensibilização, a comunidade escolar tem sido o público-alvo predileto, pois junto das crianças e jovens conseguimos chegar aos mais velhos e estamos em crer que o trabalho que temos vindo a desenvolver tem garantido menos ocorrências no que diz respeito a fogos florestais e uma maior limpeza dos terrenos privados.

Como é possível verificar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 mantém uma política de proteção ambiental e de desenvolvimento da economia circular, num reaproveitamento dos recursos que são cada vez mais escassos.

Na área da eficiência energética, enquanto preocupação ambiental, têm-se vindo a dar passos de enorme assertividade, e hoje apresentam-se um conjunto de projetos de enorme relevância nesta temática.

Weg
W
f
st
Südw.

LAMEGO · TAROUCA



CAMINHO
dos **MONJES**



3.3 TERRITÓRIO MAIS SOCIAL

A definição de uma linha de orientação relacionada com um “Território mais social” encontra-se articulada com as propostas dos referenciais estratégicos de nível superior, designadamente o Portugal 2030 na sua agenda temática “AT1. as pessoas, primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade” ou mesmo o Programa Operacional Temático “Demografia, qualificações e inclusão”.

Ao nível da população e das dinâmicas demográficas, Tarouca tem vindo a enfrentar uma série de desafios importantes, entre os quais a perda de população nas últimas décadas, o envelhecimento da população residente e a emigração.

Urge agir no sentido de inverter as dinâmicas demográficas das últimas décadas, procurando atrair e fixar população para o território, criando condições para o aumento das suas qualificações e garantindo o acesso a bens e serviços de qualidade, com vista à melhoria da qualidade de vida na sub-região, tendo em particular atenção segmentos específicos, nomeadamente a população idosa e os jovens.

■ 3.3.1 Educação e formação

Dando seguimento aos esforços que têm vindo a ser implementados nos últimos anos, designadamente na qualificação e intervenção no edificado escolar, no combate ao insucesso escolar, na luta contra o abandono escolar e na promoção de novas oportunidades, deseja-se continuar a promover estratégias tendentes à promoção das qualificações dos nossos jovens.

A transferência de competência no setor da educação veio reforçar o envolvimento da Autarquia para com toda a comunidade escolar e com todos os agentes da educação presentes no território.

No que respeita à educação, tem-se vindo ao longo destes últimos anos a realizar um conjunto de ações que visam aumentar as intervenções que, de forma integrada e articulada, favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.

Tendo como principais objetivos promover o sucesso escolar, reduzir a retenção escolar, prevenir o absentismo escolar, diversificar as práticas de ensino, promover competências pessoais e sociais e reforçar a relação escola/família.

Durante o ano 2024 prevê-se o início de um novo programa de promoção do sucesso educativo e igualdade de acesso a serviços de educação.

Para a concretização deste Objetivo Específico, pretende-se:

- Manter o apoio às famílias nas despesas com a educação dos seus filhos, bem como o apoio logístico e financeiro ao agrupamento de escolas;
- Reforçar e criar parcerias entre as escolas, os serviços de saúde, as Instituições de Solidariedade Social, o mundo empresarial, os organismos autárquicos, e obviamente, a sociedade em geral;
- Manter a promoção e apoio de um conjunto de atividades ao longo do ano letivo;
- Continuar a otimizar a utilização dos espaços escolares fora do período letivo, organizando e estabelecendo parcerias para a realização de projetos e ações que visem a valorização do aluno e componente de apoio à família;
- Continuar a organizar o ATL, férias desportivas e férias musicais;

-
- Manter o transporte escolar gratuito;
 - Garantir a continuidade de oferta de material escolar para os alunos do 1º ciclo;
 - Dar continuidade à decisão de garantir o almoço gratuito para toda a comunidade escolar do pré-escolar e 1º ciclo;
 - Manter a política de melhoria dos espaços escolares, para garantir uma maior qualidade de ensino e socialização;
 - Organizar estágios de verão para os alunos do ensino superior;
 - Criar seminários e workshops que permitam aos estudantes do secundário priorizar as suas ambições para o futuro e assim facilitar a sua escolha no acesso ao ensino superior.

A educação tem a nobre tarefa de preparar novas gerações.

■ 3.3.2 Inclusão social

São presentes no território um conjunto assinalável de entidades e equipamentos de resposta social, pelo que importará fomentar o trabalho em rede e as sinergias desta Rede Social, que permitam a otimização das respostas e uma melhor identificação de melhorias, requalificações e modernizações a implementar na rede.

As autarquias locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade. O reforço da autonomia local prevê não só a descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, mas também a possibilidade de se proceder à redistribuição de competências entre a administração autárquica, fortalecendo o papel das autarquias locais e possibilitando uma maior adequação dos serviços prestados à população, o que

se traduz num melhor atendimento e numa resposta mais eficaz aos cidadãos, em especial aos mais vulneráveis socialmente.

A transferência de competências é um novo desafio, sendo que se conhecem as responsabilidades acrescidas, consequência da crise financeira que hoje vivem muitos agregados familiares e que originou a com que muitas famílias perdessem a sua estabilidade financeira.

A normal atividade do executivo centra-se nas pessoas, assim, urge, hoje mais que nunca, continuar a desenvolver uma política de ação social de muita proximidade e que assegure o apoio necessário aos cidadãos e famílias que apresentam uma situação social mais vulnerável.

Do diagnóstico social estratégico realizado pelo Conselho Local de Ação Social de Tarouca e dos Censos de 2021 concluímos da necessidade de continuar a desenvolver planos que contemplem projetos, medidas e ações que visem dar resposta às problemáticas de intervenção prioritária identificadas:

- O envelhecimento e o decréscimo da população;
- O desemprego e as suas consequências;
- O alcoolismo e o consumo de substâncias ilícitas.

Reafirmamos, como sempre o fizemos, que as dificuldades financeiras desta autarquia poderão atrasar qualquer investimento ou anular a realização de qualquer evento, mas queremos de forma convicta garantir que tudo será feito para que, em nenhum momento, falte tesouraria para prestar o apoio justo e universal a qualquer munícipe que necessite do nosso contributo para ver garantidas as suas necessidades básicas e condignas condições de vida.

Este orçamento e grandes opções do plano pretendem assim:

Handwritten notes in blue ink:
Vey
wy
f.
A
Sustent.

-
- Dar continuidade ao apoio logístico, financeiro e técnico às várias instituições de solidariedade social;
 - Continuar a apoiar logística e financeiramente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca;
 - Criar apoios diretos ao voluntariado;
 - Continuar a dotar os espaços públicos de acessos adequados a pessoas com dificuldades motoras;
 - Acompanhar e apoiar idosos ou pessoas incapacitadas, sobretudo as que vivem mais isoladas;
 - Manter o apoio às famílias em situação de carência, designadamente na área da saúde, com medicamentos e consultas, na melhoria das condições de habitabilidade e na execução de obras de adaptação para pessoas com mobilidade reduzida;
 - Promover o apoio psicossocial a pessoas e famílias em risco ou em situação de exclusão, melhorando a sua inclusão social e profissional;
 - Reforçar a capacidade de atuação da Unidade Móvel de Saúde, através da parceria com os serviços de saúde locais, mas também pela aquisição de novos equipamentos;
 - Reformular e reorganizar o projeto “Rejuvenescer Tarouca” garantindo-lhe uma maior dinâmica e uma participação mais alargada.

Manteremos para o próximo mandato medidas já consolidadas, como são exemplo:

- O apoio à natalidade;
- O transporte escolar gratuito;
- A oferta de material escolar para os alunos do 1º ciclo;
- O almoço gratuito para toda a comunidade escolar do pré-escolar e 1º ciclo;
- A redução do IMI para os agregados familiares com um ou mais filhos.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), surgiu a medida Radar Social, que Tarouca viu aprovada, que consiste na criação de uma equipa técnica multidisciplinar para implementação de projetos piloto, em Portugal continental, com a duração de 27 meses, integradas nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), da Rede Social, com o objetivo de atualizar os instrumentos de planeamento da Rede Social - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e Plano de Ação e mapear os recursos, regionais e locais, em estreita articulação com as cartas sociais municipais, de forma a garantir maior eficácia das respostas e melhor coordenação das intervenções ao nível dos concelhos e das freguesias.

Numa segunda fase deverá esta equipa implementar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social. Este sistema deve ser operacionalizado em articulação com a rede de parcerias locais, promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções, a nível local/regional, promovendo a participação e sustentabilidade das comunidades.

■ 3.3.3 Cuidados de saúde

Tendo em consideração a oferta existente e as dinâmicas demográficas atuais, considerando que a transferência de competências nesta área é limitadora da atuação autárquica resta ao município manter o apoio às famílias em situação de carência, designadamente na área da saúde, com medicamentos e consultas e reforçar a capacidade de atuação da Unidade Móvel de Saúde, através da parceria com os serviços de saúde locais

No Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024 prevê-se a construção de um centro de equoterapia, sendo este um método terapêutico que utiliza cavalos, que servem para estimular o desenvolvimento da mente e do corpo, melhorando as funções neurológicas, sendo indicado para pessoas que possuem deficiências físicas ou necessidades especiais, como síndrome de Down, paralisia cerebral, esclerose múltipla ou autismo, por exemplo.

■ 3.3.4 Habitação

A Estratégia Local de Habitação tem como objetivo promover uma abordagem integrada à problemática do acesso à habitação.

O 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à habitação, estabelecido no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, compreende um “programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.”

O 1.º Direito prevê apoio financeiro sob a forma de comparticipação não reembolsável e de bonificação da taxa de juro de empréstimos destinado à promoção de um conjunto de soluções habitacionais (reabilitação, construção, arrendamento para subarrendamento e aquisição de terrenos e imóveis), de forma a proporcionar o acesso a habitações adequadas a pessoas que vivem em condições indignas.

A Estratégia Local de Habitação (ELH) contribui para esse fim ao definir a abordagem a implementar. Tal como exposto no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na redação atual, “o município define a sua estratégia local em matéria de habitação e prioriza as soluções habitacionais que, em conformidade, pretende ver desenvolvidas no respetivo território ao abrigo do

1.º Direito e onde se devem enquadrar todos os pedidos a candidatar a apoio (...)", observando o alinhamento com os princípios do 1.º Direito e tendo por base o diagnóstico global atualizado das carências habitacionais identificadas no seu território.

É neste contexto que o Município de Tarouca elaborou a sua Estratégia Local de Habitação (ELH).

A Estratégia Local de Habitação de Tarouca será assim um desafio para os próximos anos, e se 2023 foi um ano de resolução de todos os processos administrativos e de levantamento específico, 2024 será o início do investimento privado.

O Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário tem como objetivo a criação de uma resposta estruturada e transversal para pessoas que carecem de soluções de alojamento de emergência (devido a acontecimentos excecionais ou imprevisíveis ou a situações de risco iminente) ou de transição (nos casos que, pela sua natureza, necessitam de respostas de alojamento e de acompanhamento, antes de uma solução habitacional definitiva), tendo em vista a sua proteção, autonomização e inclusão social e o combate às desigualdades, neste sentido o Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024 prevê a reabilitação da Escola Primária de Vila Chã da Beira para esta finalidade.

■ 3.3.5 Envelhecimento ativo e saudável

Tendo em conta as dinâmicas demográficas do território e o envelhecimento da população, desenvolver-se-ão ações específicas que favoreçam a vida saudável, ativa e autónoma da população idosa residente no concelho.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Suzana' at the bottom.

No projeto “Rejuvenescer Tarouca”, conscientes da necessidade de partilha, convívio e pratica desportiva com os nossos munícipes mais velhos, serão incluídas novas dinâmicas e atividades em 2024, as quais pretendem garantir uma vida saudável e ativa.

■ 3.3.6 Emprego e empregabilidade

Neste objetivo específico pretende-se com o atual Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 implementar medidas que melhorem o acesso ao emprego e promovam o emprego por conta própria, tendo em particular atenção grupos específicos, como os jovens, os migrantes, os desempregados de longa duração, ou outros grupos desfavorecidos no mercado de trabalho.

Tal como já antes fio referido, as estratégias e investimentos têm metas e objetivos a atingir em vários eixos estratégicos ao mesmo tempo, entre os quais a empregabilidade.

A necessidade de fixar população e do contínuo combate à desertificação que tem que se levar a efeito, só é possível com a criação novos postos de trabalho, e neste propósito manter e reforçar as ações de promoção do emprego, realizar sempre que possível candidatura às medidas ocupacionais e de combate ao desemprego para todos os munícipes que se enquadrem e mostrem interesse nos programas que regularmente vão sendo lançados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Acreditamos que todos os investimentos públicos realizados promovem a empregabilidade, destacando a Área de Acolhimento Empresarial e Logística, que se apresenta como uma resposta célere e viável para os investidores que procuram um espaço onde instalar a sua empresa e assim este documento, os vários eixos estratégicos e respetivas ações materializam um conjunto de medidas

que, de forma estruturada, tem com objetivo final a promoção do território do Concelho de Tarouca, a dinamização da sua economia e o conseqüente aumento da empregabilidade.

Uey
W/
F.
Seixas.

3.4 TERRITÓRIO MAIS PRÓXIMO

Esta linha de orientação estratégica relaciona-se em particular com a componente de territorialização das políticas e de proximidade com as especificidades locais e encontra-se em alinhamento com o Objetivo de Política Europeu OP5 “Uma Europa mais próxima dos cidadãos”, que considera o fomento do desenvolvimento sustentável e integrado de todos os tipos de territórios e das iniciativas locais. Este foco temático procura promover um processo de desenvolvimento territorial integrado, inclusivo e sustentável, contribuindo para a estruturação dos subsistemas territoriais enquanto fator de fixação e de atração de população.

Estreitar a relação dos cidadãos entre si e destes com as entidades municipais é um desafio que se mostra determinante para o nosso território.

■ 3.4.1 Reabilitação e dinamização urbana

Os núcleos urbanos assumem um papel de destaque na área da territorialização das políticas e da proximidade aos cidadãos. Assim, importará prosseguir esforços para qualificação dos centros históricos, fomentando a sua reabilitação e a fixação de serviços e atividades, para que estes núcleos possam assumir o seu papel de qualificação e estruturação do território, de articulação e interface urbano-rural e de motores do desenvolvimento e da qualidade de vida dos cidadãos.

É fundamental investir em projetos que impulsionem a revitalização das áreas urbanas, criando um ambiente vibrante e atraindo serviços e atividades diversificadas. Esses projetos devem apoiar-se em elementos integradores, valorizando o património cultural e natural. Além disso, o turismo pode desempenhar um papel fundamental, impulsionando a economia de escala.

Neste contexto o projeto Bairros Comerciais Digitais garantirá novos equipamentos e mobiliário urbano e a Estratégia Local de Habitação será uma das medidas que permitirá a reabilitação urbana e do edificado.

O Plano Estratégico de Reabilitação Urbana de Tarouca é um documento estratégico global e integrado, sob o risco de se enveredar por soluções isoladas, descontextualizadas e, assim, ineficazes para a prossecução dos objetivos estratégicos de desenvolvimento e afirmação deste território.

É fundamental uma intervenção que assenta no conceito de um funcionamento em rede dos núcleos históricos, respeitando a identidade, a vida urbana, sendo capaz de valorizar e potenciar a memória e o património arquitetónico, cultural e natural ainda presentes.

Para tal foram definidos objetivos estratégicos de intervenção, centrados em domínios considerados fundamentais para a afirmação e melhoria das condições urbanas, ambientais, económicas e sociais.

Dos vários desafios que se colocam nos dias de hoje, a reabilitação urbana é de extrema importância, já que só assim será possível devolver aos centros urbanos um ambiente mais favorável e um maior sentimento de satisfação das necessidades básicas dos cidadãos e das organizações.

Assim, o próximo ano prevê a continuidade de investimento público nesta área, garantindo a finalização de alguns investimentos já em curso, mas também no lançamento de novos projetos.

A aquisição e reabilitação de sinalização vertical e horizontal e a realização de investimentos área da toponímia, substituindo ou requalificando a toponímia de todo o concelho, em estreita parceria com as Juntas de Freguesia.

A aquisição de viaturas pesadas de passageiros, para substituição, garantindo assim os circuitos especiais e as exigências legais dos mesmos.

A requalificação de várias estradas e caminhos municipais.

Atualmente, à semelhança da maioria dos centros urbanos portugueses, os núcleos históricos de Tarouca debatem-se com fenómenos de degradação física e desqualificação funcional, a que acrescem processos de erosão social e económica.

Esta realidade exige uma resposta eficaz a todos os níveis (físicos, funcionais, económicos, sociais, culturais e ambientais), com uma eficiente articulação das entidades e agentes investidos nesta missão.

Neste Objetivo Específico, em Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024 prevê-se a construção de um Pavilhão Multiusos, o qual se insere num projeto de intervenção urbana que pretende romper com a atual dependência das condições meteorológicas para a realização de eventos culturais ou recreativos no concelho de Tarouca.

■ 3.4.2 Território e Património natural

Tendo em consideração a importância do setor agrícola e florestal, assim como da atividade turística, o território assume uma importância significativa para o desenvolvimento sustentável. Importa, por isso, que se possa agir ativamente na proteção e valorização do seu património natural, abordando questões relevantes

como a biodiversidade, a paisagem ou o ordenamento do território, integrando-as como relevantes recursos para o desenvolvimento.

É neste contexto que este orçamento prevê garantir o apoio aos Bombeiros Voluntários de Tarouca, realizar investimentos na manutenção e na criação de novos pontos de água de combate os fogos florestais, na execução das Redes de Gestão de Faixas de Combustível e na reabilitação e criação de caminhos florestais.

E tal como já foi referido, em 2024 iniciar-se-ão investimentos de candidaturas já aprovadas, das quais destacamos o combate aos Agentes Bióticos e Abióticos e a gestão de combustíveis e a redução de densidade com desramações em mosaicos de parcelas na encosta a Norte da Serra de Santa Helena e Baldios de São João de Tarouca.

Ainda sob o mesmo tema, pretende-se em 2004 garantir a melhoria da resiliência e do valor ambiental das galerias ripícolas do concelho, para as quais se prevê uma limpeza global.

Outro dos projetos previsto em Orçamento são os Condomínios Aldeia que tem como objetivo transformar a paisagem dos territórios de florestas vulneráveis, sendo que foram identificadas para este projeto as freguesias de Tarouca e Dalvares, Várzea da Serra e São João de Tarouca.

■ 3.4.3 Cultura e Património cultural

Atendendo ao importante património cultural (material e imaterial), pretende-se prosseguir com os esforços de proteção e valorização destes elementos, contribuindo paralelamente para o reforço do sentimento de identidade e de pertença e para o reforço da sua atratividade turística.

Tarouca é hoje um território com várias ações de âmbito cultural e muitas destas são já uma referência regional e nacional.

Depois dos constrangimentos provocados pela crise pandémica, prevê-se continuar a alargar oferta cultural e trazer até Tarouca eventos que não temos oportunidade de assistir, a não ser que vivamos numa grande cidade ou no litoral.

As associações culturais e musicais do concelho, têm vindo a realizar um enorme trabalho, em particular as cinco Bandas Filarmónicas onde se vivência um forte dinamismo, sendo que manter-se-á o apoio logístico ou financeiro e na formação e educação musical através da parceria estabelecida entre as Filarmónicas e a Academia de Música da Câmara Municipal.

Esta valorização cultural também é parte na formação das nossas crianças e jovens, tendo hoje a Academia de Música e a Orquestra da Câmara Municipal projetos estruturantes que visam o melhoramento da qualidade na formação musical, individualmente ou em grupo, conseguido através do esforço na contratualização de professores com experiência formativa e pedagógica, na sua maior parte tarouquenses.

Para o Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2024 pretende-se:

- Manter o apoio logístico, financeiro e de formação às associações musicais e culturais;
- Apoiar o estudo da história local, nomeadamente com a implementação de percursos temáticos e realização de workshops;
- Promover, revitalizar e apoiar as diversas tradições locais: festividades, eventos e produtos;
- Apoiar e divulgar artistas e autores tarouquenses e regionais;
- Continuar a reforçar a agenda cultural;

-
- Manter a dinâmica promovida pelo cinema de qualidade, que passou a fazer parte dos hábitos dos tarouquenses;
 - Realizar atividades de cariz cultural e de afirmação do território, com destaque na área da música;
 - Criar “o Museu da Música” a instalar na antiga Escola Primária de Gouviães;
 - Em parceria com o Museu Nacional de Arqueologia pretende-se instalar um espaço dedicado à vida e obra de José Leite Vasconcelos.

Referir a alteração prevista, na qual se prevê que passe para competência municipal a gestão do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas e da Ponte Fortificada de Ucanha.

Também neste Orçamento e Grandes Opções do Plano prevê-se uma intervenção na Capela de São Julião, já que este se encontra em processo de canonização e será necessário antecipar um evento que poderá vir a criar uma maior atratividade ao local.

■ 3.4.4 Turismo e produtos turísticos

Num território com elevada qualidade paisagística e patrimonial, o turismo será seguramente uma das âncoras da economia local.

Se, por um lado, importará consolidar o território tarouquense como destino turístico, por outro lado importará também definir e adotar estratégias para que a atividade turística seja capaz de criar oportunidade e novos postos de trabalho.

Como elemento integrador da economia, da cultura e da paisagem encontram-se os produtos endógenos, e estes configuram-se como resultado da materialização da história das populações que por aqui viveram e, por isso, tornam-se um património distintivo e com potencial para impulsionar a região através do comércio internacional e da promoção da sua visibilidade.

Importará olhar para as faces da economia, cultura e paisagem de forma integrada, configurando-se numa força para se promover o nosso território como destino turístico, assim os projetos ou eventos que ocorrem no território deverão ser suficientemente relevantes para promoverem os elementos do território através de atividades que garantam a boa imagem e que, com isso, gerem mais turismo.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "S. Silva" at the bottom.

O Município tem vindo a realizar um conjunto de eventos promocionais e um conjunto de investimentos públicos que têm sido garante de uma maior visitação e fixação de turistas.

É necessário manter o foco neste eixo estratégico, certos que é aqui que se encontram muitas das oportunidades do presente e do futuro, esperando que a iniciativa privada mantenha o ritmo de investimento dos últimos anos nesta área, que seja mais e melhor resposta aos turistas e visitantes que passam pelo nosso concelho.

É assim impreterível manter a organização ou apoio aos eventos e atividades diferenciadoras, muitos deles com a parceria das associações e instituições locais e que têm como principal objetivo promover o concelho e a região, bem como o património edificado, natural e imaterial, quer estes eventos sejam de nível cultural, desportivo ou recreativo.

Destacamos alguns investimentos e eventos que são hoje marca e identidade territorial:

- Parque Ribeirinho de Tarouca;
- Parque de Santa Helena;
- Órgão de Tubos do Mosteiro de São João de Tarouca;
- Zona Ribeirinha do Outeiro, Praia Fluvial de Mondim da Beira;
- Zona Ribeirinha de Ucanha;

-
- Caminho dos Monges;
 - Trail Rota do Varosa e Trail do Sino e da Castanha;
 - Expovarosa;
 - Maio – Sabugueiro em Flor;
 - VarosaFest.

Além dos referidos investimentos e eventos, pretende-se:

- Consolidar as campanhas promocionais de imagem e marketing concelhios;
- Criar e manter roteiros temáticos para a utilização do meio natural concelhio - percursos radicais, percursos pedestres, percursos de contemplação da natureza, percursos da água e percursos culturais, incluindo a sua divulgação e promoção;
- Repetir e criar roteiros de animação do património, através de eventos diferenciadores e potenciadores de Turismo;
- Realizar eventos de referência nacional e internacional que projetem o nosso território;
- Realizar a experiência “Caminho do Monges”;
- Realizar a 3ª edição, de um dos eventos que criou mais impacto e promoção territorial nos últimos anos, o VarosaFest.

O setor do turismo mantém um conjunto de atividades latentes, é uma aposta, pretende-se que seja uma atividade liderante em termos económicos, acreditamos que criará no futuro mais postos de trabalho, fixará mais população do concelho. É neste sentido que pretendemos repetir e criar roteiros de animação do património, através de eventos diferenciadores e potenciadores de Turismo.



■ 3.4.5 Desporto e hábitos de vida saudáveis

No setor do desporto Tarouca tem garantido um conjunto de atividades inovadoras que estão associadas aos hábitos saudáveis, certos de que é necessário criar atividades e eventos para todas as idades e que combatam o sedentarismo.

Além disso e das várias parcerias com as associações locais para este setor, o Município tem avançado com atividades desportivas regulares, as quais não conflituam com outra organização presente no concelho, como são exemplo as aulas de hidroginástica ou a natação de competição.

Hoje Tarouca e os Tarouquenses orgulham-se de poder assistir ou participar no seu território a eventos de caráter nacional e mesmo internacional, com os quais desejamos continuar a ser parceiros na certeza que são de enorme valor desportivo e para a promoção territorial.

São eventos desta natureza o Downhill, o Bombi Challenge, o Motocross, os Passeios de BTT, as provas de Trail ou as caminhadas são uma aposta desportiva no nosso território e desde o anterior mandato temos vindo a implementar uma estratégia que promove estes desportos, mas ao mesmo tempo promove o nosso território e todo o seu património.

Como temos vindo a afirmar, a morfologia do território, a paisagem e património natural fazem de Tarouca um território único para a prática do desporto aventura e, além das referidas provas, já são muitos aqueles que procuram as nossas pistas ou percursos naturais para a prática e treino destas modalidades.

A importância da formação no desporto mantém-se, e assim manteremos o apoio financeiro e logístico ao Sport Club de Tarouca e Ginásio Clube de Tarouca, que contam com mais de 250 crianças e jovens que representam vários escalões de formação de futebol, andebol e dança.



Susana

Continuaremos durante 2024 a desenvolver dinâmicas de exploração dos equipamentos desportivos, como são as piscinas municipais, pavilhões desportivos e estádio municipal, com o envolvimento do movimento associativo.

No início do milénio, no Concelho de Tarouca, foram instalados vários polidesportivos, em todas as freguesias, muitos encontram-se com necessidades de intervenção, e são tantos outros que não têm qualquer utilização.

Neste sentido, pretende-se a requalificação e modernização por valências dos Polidesportivos existentes, assim pretende-se intervir em alguns destes equipamentos para que seja possível transformá-los e padronizá-los por desportos, ficando dois destes com PADLE, outros dois dedicados à prática de futebol, outro com piso e equipamento para ténis, outro dedicado a futebol e voleibol de Praia e um outro para pista de radiomodelismo.

Esta estratégia garantirá uma circulação por todo o território e assim uma maior dinâmica das nossas aldeias e sedes de freguesia.

■ 3.4.6 Associativismo e mobilização territorial

Temos em tarouca o melhor movimento associativo que poderíamos desejar, num regime de voluntariado, homens e mulheres dedicam-se a criar eventos e novas vivências no Concelho de Tarouca.

Ano após ano somos confrontados com as dinâmicas das associações do Concelho de Tarouca, capazes de realizar atividades diferenciadoras, capazes de criar dinâmicas nos seus territórios com o objetivo de melhorar as condições de vida dos seus conterrâneos e é um orgulho perceber que tantas destas associações levam o nome de Tarouca mais longe e representaram o nosso concelho de forma digna e com uma atitude sempre positiva.

São garante de inclusão social no território onde atuam, são geradores de alertas e oportunidades de melhoria, são fundamentais no desenvolvimento social, cultural e desportivo do nosso território.

A agenda de eventos do município continuará a divulgar as atividades de todas as associações do concelho, as quais têm já como hábito apresentar o seu programa de atividades mensal, com um planeamento cada vez mais estruturado, permitindo assim ao município um apoio objetivo e impulsionador dessas ações.

Para o ano de 2024 já se encontrarão em atividade Casa das Associações e o Centro de Apoio Associativo do Concelho de Tarouca.

Nestes espaços desenvolver-se-ão dinâmicas associativas através da introdução/definição de incentivos ao seu reforço e expansão, orientando, simultaneamente, a sua ação em torno de objetivos estratégicos coletivos, capazes de estimular o desenvolvimento do Concelho, apostando numa cultura de comunicação interassociativa, de interface, de conhecimento mútuo, de articulação em rede, de cooperação e de rentabilização de recursos associativos.

O movimento associativo do nosso concelho contou sempre com o apoio da autarquia, manteremos esse apoio e o elevado envolvimento pessoal e institucional, pois somos conhecedores da sua capacidade de trabalho e de inovação.

■ 3.4.7 Gestão territorial e Gestão municipal

Os fundos comunitários, dos quais esta autarquia depende para realizar os investimentos de maior valor são uma enorme incerteza para 2024, pois o Portugal2020 encontra-se numa fase de encerramento, sendo que já deveria ter

Sukemf.

sido encerrado para dar inicio ao Portugal 2030, que até ao momento não se sabe quando se iniciará.

Do Plano de Recuperação e Resiliência que tem vindo a ser apresentado, apenas se conhecem os eixos estratégicos, contudo são quase inexistentes os avisos abertos para as autarquias, aumentando ainda mais o grau de incerteza existente ao momento.

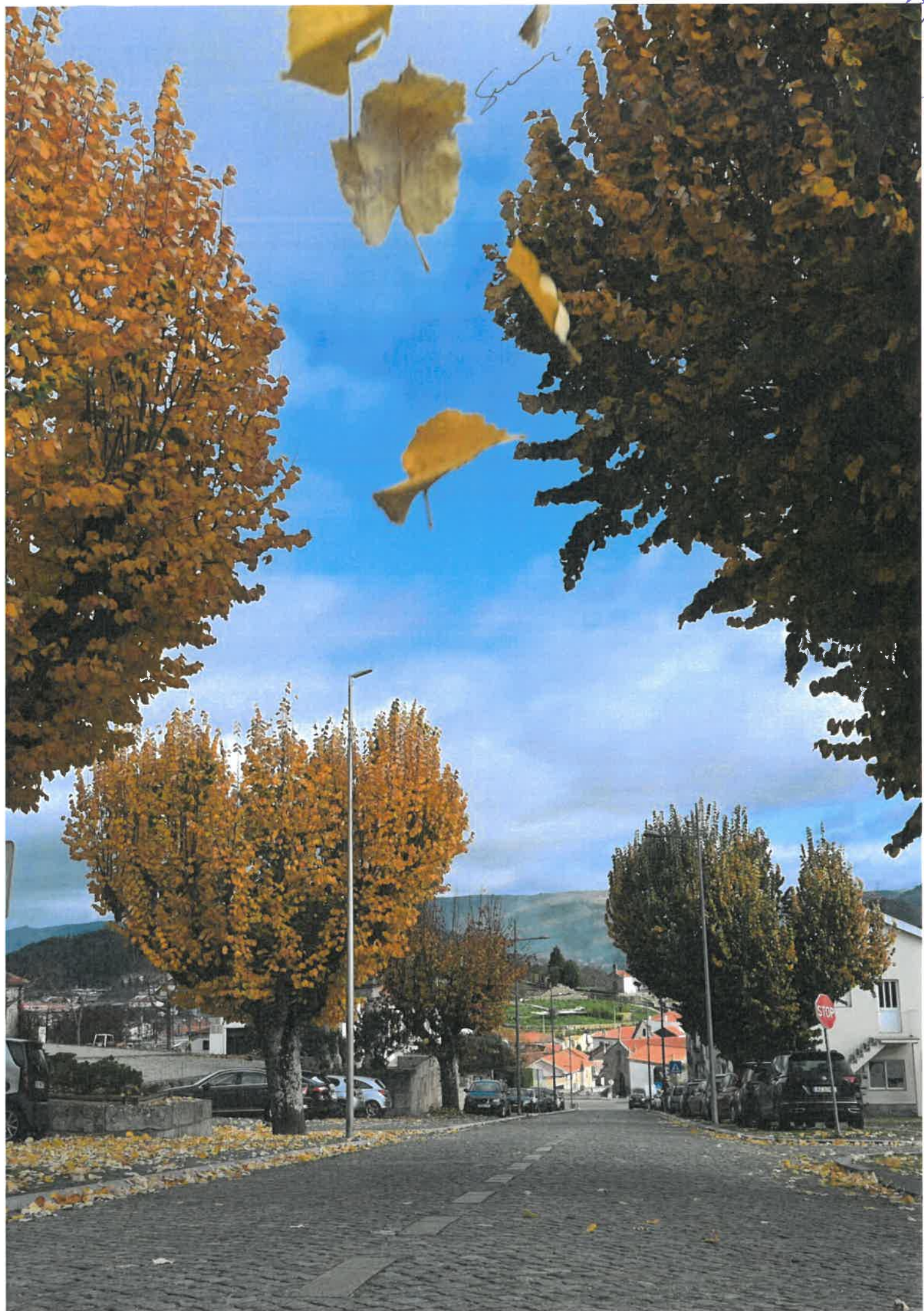
Pretendemos durante o atual mandato:

- Manter uma política de poupança em despesas correntes;
- Cumprir com o plano de saneamento financeiro;
- Melhorar o prazo médio de pagamentos a fornecedores;
- Garantir fundos disponíveis e tesouraria para o pagamento da percentagem que cabe ao Município nos projetos com fundo comunitários;
- Manter uma política responsável na utilização dos dinheiros públicos;
- Aproveitar cada cêntimo oferecido pelos fundos comunitários.

Pretende-se ainda para o ano de 2024 dar continuidade ao um plano de formação para os funcionários da Câmara Municipal e ao Plano de Higiene, Saúde, Segurança e Medicina no Trabalho.

Salientamos que a despesa prevista com pessoal, reflete as seguintes alterações, previstas no Orçamento de estado

- Atualização do subsídio de refeição, mantem-se nos 6,00€;
- Atualização da remuneração base da Administração Pública, que passa de 761,58€ para 821,83;
- Valorização remuneratória dos trabalhadores de todas as carreiras gerais e de acordo com a respetiva antiguidade.



4. Orçamento

Considerando a conjuntura económica, considerando a incerteza do presente e futuro próximo, consequência guerra na Ucrânia, da guerra entre Israel e o Hamas, e ausência de certezas dos fundos comunitários, mensurando as prioridades e necessidades indicadas no presente relatório, aproveitando a janela de oportunidades dos fundos comunitários, apresentamos a previsão de receitas e de despesas para o próximo ano económico.

A receita corrente situa-se nos € 19.902.994, enquanto a receita de capital fica pelos € 4.132.406, como se pode verificar nos quadros que se seguem.

RESUMO ORÇAMENTO 2024			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	19 902 994,00	Correntes	19 058 400,00
de capital	4 132 406,00	de capital	4 977 000,00
Outras	-	Outras	-
Total	24 035 400,00	Total	24 035 400,00
Serviços Municipalizados	-	Serviços Municipalizados	-
Total Geral	24 035 400,00	Total Geral	24 035 400,00

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ENTIDADE MT	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
----------------	---	--------------

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2024

R E C E I T A S			D E S P E S A S		
	MONTANTE	%		MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRETOS	1.750.000,00	7.3	01 DESPESAS COM O PESSOAL	7.791.000,00	32.4
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSEZ			02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	9.110.050,00	37.9
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	613.000,00	2.6	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	685.000,00	2.8
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	478.500,00	2.0	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.266.350,00	5.3
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.779.994,00	53.2	05 SUBSÍDIOS	500,00	0.0
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.268.000,00	17.5	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	205.500,00	0.9
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	73.500,00	0.3			
			TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	19.058.400,00	79.3
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	19.902.994,00	82.8	DESPESAS DE CAPITAL		
RECEITAS DE CAPITAL			07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.022.000,00	16.7
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	32.800,00	0.1	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	300.500,00	1.3
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.088.106,00	17.0	09 ATIVOS FINANCEIROS	4.000,00	0.0
11 ATIVOS FINANCEIROS	4.000,00	2.0	10 PASSIVOS FINANCEIROS	650.500,00	2.7
12 PASSIVOS FINANCEIROS			11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.500,00	0.0			
			TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	4.977.000,00	20.7
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.132.406,00	17.2	TOTAL GERAL	24.035.400,00	100.0
TOTAL GERAL	24.035.400,00	100.0			

5. Documentos Previsionais